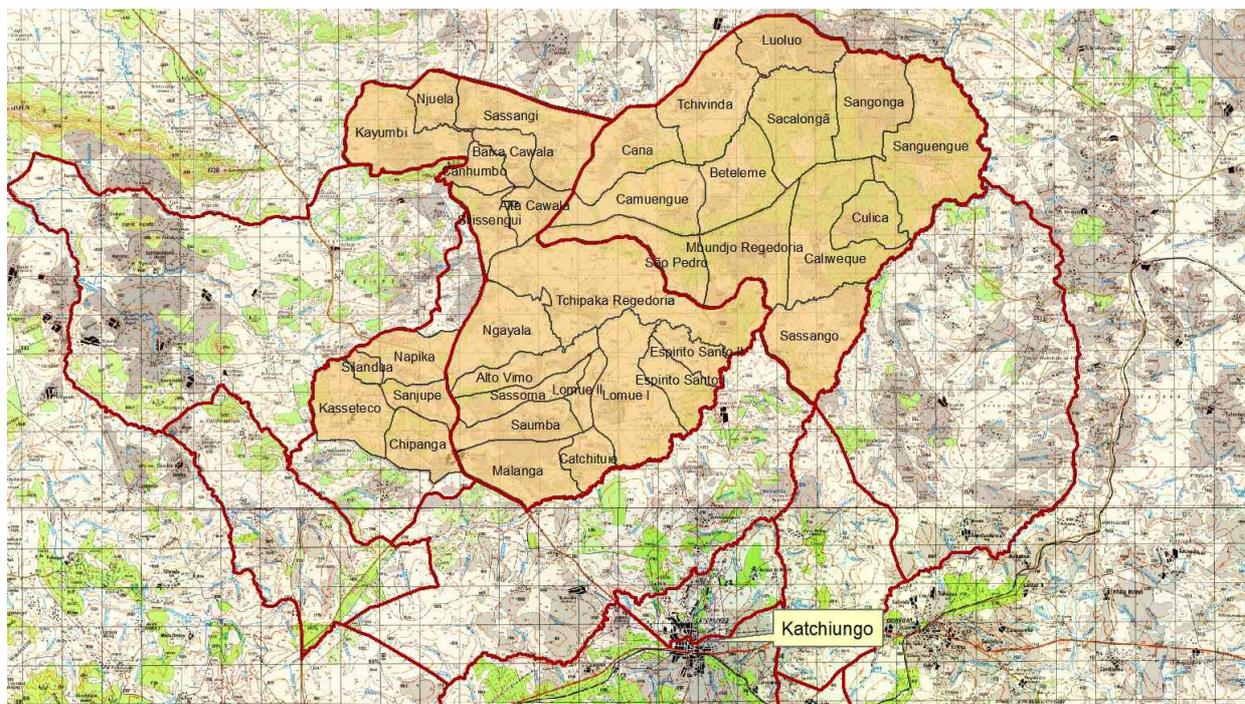


Relatório Final de Projecto

Mapeamento de terras comunitárias e prevenção de conflitos no Planalto Central, Província de Huambo

Julho de 2006 até Dezembro de 2007



Apresentado ao
IFAD

Pela
Development Workshop Angola

Índice

1 SUMARIO EXECUTIVO.....	3
2 CONTEXTO.....	7
2.1 O município de Cachiungo.....	7
2.2 Actual legislação fundiária.....	8
2.3 Descentralização administrativa.....	8
3 RESULTADOS ATINGIDOS.....	9
3.1 Objectivos do projecto.....	9
3.2 Resultados atingidos: Componente 1 – segurança da posse.....	10
3.2.1 <i>Estudo de base e identificação da área de implementação do projecto.....</i>	<i>10</i>
3.2.2 <i>Engajamento dos actores envolvidos e mobilização comunitária.....</i>	<i>10</i>
3.2.3 <i>Mapeamento de limites comunitários</i>	<i>12</i>
3.2.4 <i>Mapeamento de limites individuais.....</i>	<i>14</i>
3.3 Resultados atingidos: Componente 2 – extensão rural.....	19
3.3.1 <i>Infra-estruturas do Centro Quissala.....</i>	<i>19</i>
3.3.2 <i>Identificação de terrenos de demonstração e formação de 'dinamizadores rurais'.....</i>	<i>19</i>
3.3.3 <i>Implementação dos novos conhecimentos (Acções de demonstração).....</i>	<i>20</i>
4 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES.....	22

Anexos:

- Anexo I: Guia para mobilizadores – resumo das leis principais que fornecem o quadro legal para a gestão fundiária
- Anexo II: Folha de registo para terrenos individuais
- Anexo III: Exemplo de um croquis de localização para terrenos individuais

1 Sumario executivo

Este projecto teve como objectivo geral de contribuir ao desenvolvimento rural do Município de Cachiungo através de duas componentes de actividades, nomeadamente:

1. Um mapeamento de direitos à terra nas comunidades dentro da comuna de Chiumbo, registando os limites comunitários. Este mapeamento servirá como base de prevenção de potenciais conflitos entre comunidades (residentes, retornados deslocados internos e desmobilizados) e fazendeiros comerciais.
2. Actividades de extensão rural em comunidades na mesma comuna, utilizando as capacidades do Centro Quissala, através do estabelecimento de terrenos comunitários para a produção e para a demonstração de técnicas de agricultura localmente adaptadas.

Durante 18 meses (desde Julho 2006 ate Dezembro 2007), o projecto atingiu os seguintes resultados.

Contribuição ao estudo de base

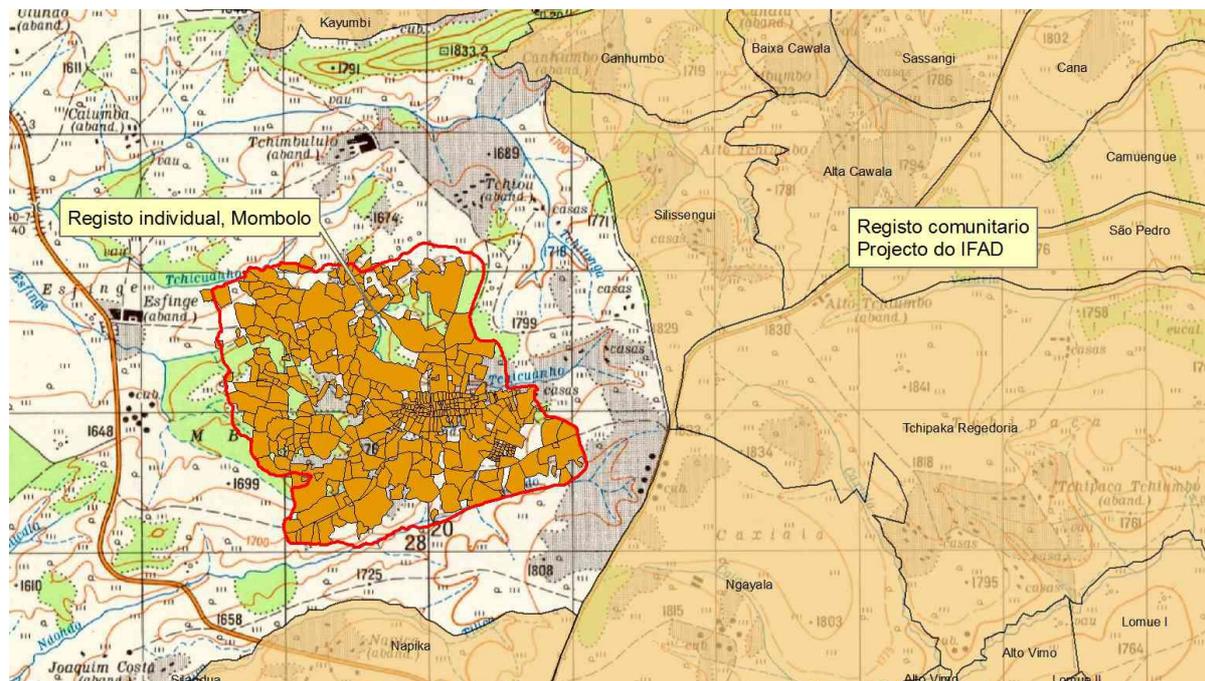
Nos primeiros meses, a equipa contribuiu a elaboração do estudo de base sobre a situação sócio-economica do Município de Cachiungo.

Delimitação de 36 aldeias

Com a participação de comunidades locais e os seus lideres, a equipa delimitou 36 aldeias em três das cinco ombalas que administrativamente composta a comuna do Chiumbo. Além da delimitação, o projecto promoveu os direitos à terra através de palestras e envolveu, em todas as suas actividades, membros da Estação Desenvolvimento Agrária do Município do Cachiungo (EDA), do Instituto de Geodesia e Cartografia de Angola (IGCA) e o responsavel da area social da comuna de Chiumbo.

No decorrer do processo de delimitação dos limites comunitários, surgiu a questão da delimitação individual. Muitos residentes manifestaram o desejo de ter um direito aos seus terrenos individuais e familiares, embora estes estejam dentro dos limites das terras comunitárias. Na mesma comuna e no mesmo período, a DW estava implementar um projecto piloto de registo de terrenos individuais na aldeia de Mombolo. E por esta razão, a equipa do projecto financiado pelo IFAD fez uma troca de experiência com o pessoal trabalhando na aldeia de Mombolo, que no percurso do projecto delimitou mais que 400 terrenos individuais, descrevendo e analisando a posse e gestão de terrenos individuais e familiares dentre da aldeia.

Figura 1: Registo comunitário e individual na comuna de Chiumbo



Extensão rural

Foram criados seis campos de experimentação em três aldeias diferentes. Em cada aldeia, implementou-se um campo em terreno baixo (nas nacas¹), irrigado através de valas de irrigação, e um campo em terreno alto, sem irrigação artificial. Nos terrenos baixos, com ajuda dos técnicos do projecto os beneficiários seleccionaram culturas apropriadas, tais como: a bata-rena, tomate, a cenoura, a cebola e couves. Nos terrenos altos, foram seleccionados o milho, o feijão e mandioca.

Os campos nos terrenos altos por exemplo tiveram uma extensão 1000m², e cada um foi subdividido em 10 parcelas de 100m², e em cada subdivisão teve tratamento diferente de uma outra.

Tabela 1: As 10 parcelas diferenciadas

1	2	3	4	5
Milho sem adubo; Semente e técnica melhoradas;	Milho com adubo; Semente e técnica melhorada;	Milho sem adubo; técnica melhorada; semente camponês;	Milho, feijão e mandioca com adubo; técnica e semente melhorada;	Feijão sem adubo; técnica e semente melhorada;
6	7	8	9	10
Milho sem adubo; Semente e técnica camponês;	Milho com adubo; Semente e técnica camponês;	Milho sem adubo; técnica camponês; semente melhorada;	Milho, feijão e mandioca com adubo; técnica e semente camponês;	Feijão sem adubo; técnica e semente camponês;

¹ Terrenos que ficam nas baixas, com solo humido em todas as estações do ano, devido a proximidade destes com os rios. Mas também em Setembro e Outubro, eles as vezes carecem de um reforço de irrigação.

A EDA, do município de Cachiungo, envolveu-se em todas as etapas do processo de extensão rural, isto é, na identificação dos campos, no fornecimento das sementes e fertilizantes e foi responsável pela orientação e instalação dos campos e das culturas.

Conclusões

A equipa do projecto foi envolvida em duas formas de registo de terra; registo comunitário e registo individual. O registo comunitário é mais rápido, mas enfrenta vários problemas:

- Terrenos comunitários 'como tal' quase não existem na área de implementação do projecto. Cada parcela tem o seu dono, com excepção de rios e rochas. Além disso, a experiência do Mombolo mostrou que pessoas dentro de uma comunidade, em muitos casos, têm terrenos fora dos limites da aldeia onde residem, isto ligado ao fluxo natural de pessoas (como por exemplo mudança de residência ou casamento). Neste sentido, a delimitação comunitária de facto é uma delimitação administrativa dos limites de aldeias.
- Através de apenas uma delimitação comunitária, um vasto número de residentes rurais será excluído dos benefícios de ter as suas parcelas registadas e reconhecidas em regime individual. Por exemplo, não serão capazes de utilizar os seus terrenos como colateral. Também, sem ter os limites dos seus terrenos demarcados e reconhecidos, será mais difícil de defender-se em casos de litígios com vizinhos que têm terrenos maiores, demarcados e reconhecidos. Além disso, a falta de reconhecimento de direitos de posse individual, as pessoas com pequenos terrenos terão uma posição social e direitos diferentes (mais baixo) em relação a donos de terras de maior extensão.
- A Administração Municipal do Cachiungo mostrou receio de regularizar limites comunitários. Porém, a Administração Municipal mostrou-se mais aberto para a regularização de terrenos individuais, mas alegando a falta de regulamentação existente para dar início ao processo de regularização.

Recomendações e ações a seguir

Na base destas experiências, a DW propõe as seguintes recomendações que servirão como base de futuras actividades na Província de Huambo.

Melhorar os métodos de delimitação individual, olhando a experiência em outros países na África.

Para o registo de terrenos individuais, sugere-se a experimentação com outros métodos, utilizando fotografias aéreas recentes ou imagens satélites de alta resolução. Esta abordagem requer que as imagens sejam impressas numa escala apropriada com máxima resolução para que os residentes da área em questão identifiquem e marquem os limites dos seus terrenos nas fotografias aéreas. Um teste preliminar no Huambo em Junho 2008 com dois camponeses, mostrou que esta abordagem é viável. Também, um programa alargado no Norte da Namíbia neste momento em curso esta a utilizar o mesmo método, mostrando resultados positivos. Neste programa, 10 ou mais parcelas são mapeados por hora, mostrando a rapidez do método. Um outro benefício usando imagens, é que os vizinhos de parcelas podem analisar, debater e concordar sobre os limites das suas parcelas ao mesmo tempo e na mesma imagem. Esta abordagem é bastante diferente da utilizada na aldeia de Mombolo, onde as limites de terrenos são registados com um GPS e a informação

recolhida primeiro deve ser baixada num computador, isto antes que os residentes pudessem confirmar os limites dos seus terrenos.

Criar uma demanda para o registo de terrenos e regularização fundiária

Enquanto que esforços - como estes descritos aqui - são necessários para desenvolver ou fornecer actividades que permitam a regularização de terrenos, existe uma maior necessidade de criar a demanda e interesse no registo de terrenos. Na perspectiva de oficiais do Governo, possivelmente existe pouco real incentivo para o mapeamento, registo e regularização de terrenos rurais: a quantidade de trabalho a ser feito é enorme; o quadro legal para o processo não é claro, e o processo podia requerer uma nova abordagem que difere fundamentalmente a prática e política estabelecida. De igual modo, uma maioria de camponeses e outros residentes rurais provavelmente não reconhecem e não sabem do valor do registo de terras, e por isso, têm pouco incentivo de pressionar a sua implementação.

Reforçar as capacidades institucionais das instituições envolvidas na regularização fundiária

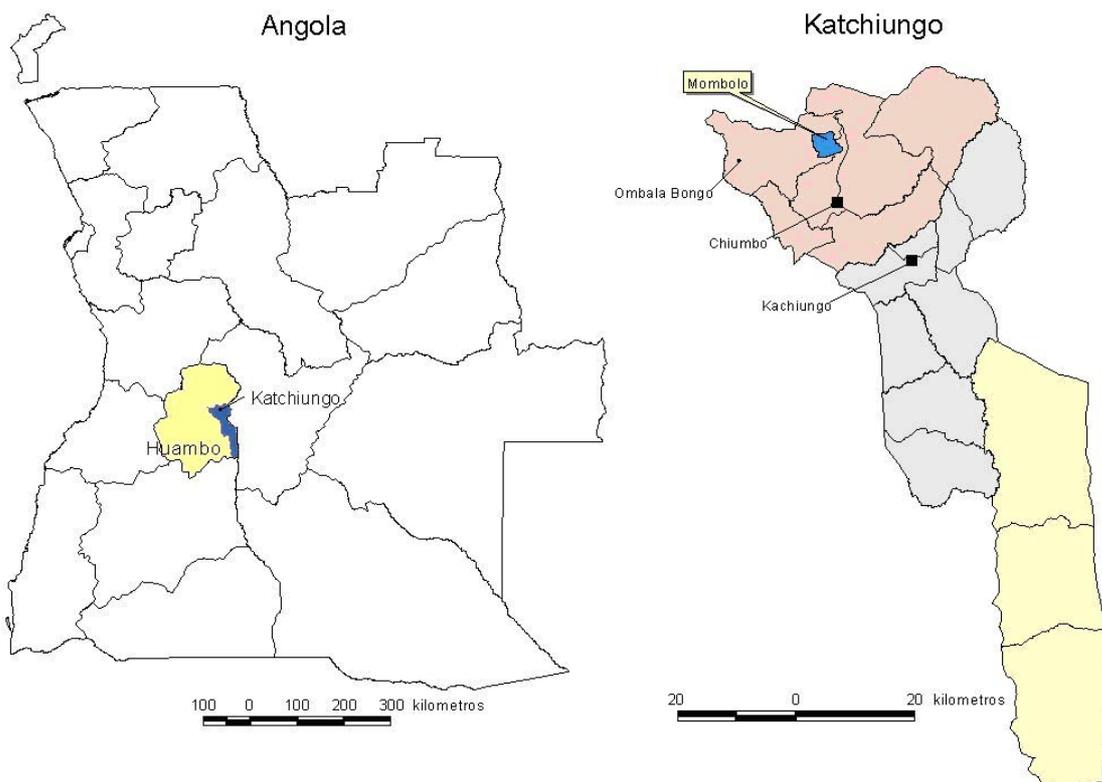
Existe ainda, grandes debilidades em termos de capacidades técnicas e humanas no nível das administrações locais. Na maioria dos casos, os técnicos não tem uma mínima idéia do actual contexto legal em termos de gestão fundiária, nem dispõem de capacidades técnicas e meios próprios de cumprir com as suas tarefas. Neste sentido, a maior demanda para registo de terrenos a partir da população deve ser equilibrado com a capacidade de resposta das administrações.

2 Contexto

2.1 O município de Cachiungo

O município de Cachiungo é localizado na província de Huambo, no Planalto central de Angola. O Município contém 3 comunas e 16 ombalas.

Figura 2: Localização do município de Cachiungo



Na província do Huambo, como em várias outras províncias de Angola, o conflito armado movimentou milhares de habitantes das suas localidades de origem, deixando aldeias inabitadas; devastando campos de cultivos, habitações, destruindo pontes e vias de acesso minadas. Terminado o conflito, as populações regressaram para as suas zonas de origem em massas, pelos menos até 2005, mas sem recursos suficientes para enfrentar o desafio da reconstrução das suas aldeias. Muitos começaram a vida praticamente do 'zero'.

O projecto foi implementado na comuna de Chiumbo (área em cor de rosa na Figura 2, 'Katchiungo'), uma das comunas com maior número de fazendas agropecuárias, que datam da era colonial e pós independência. A comuna possui um perímetro florestal com uma área de 70.000 km² da antiga Companhia Celulose de Angola, conhecida por "Sanguengue", que na sua implantação desalojou centenas de camponeses dos seus campos de cultivos (terrenos dos altos e das baixas) e as suas aldeias ficaram circundadas pelo imenso polígono florestal, deixando as populações com dificuldade para o cultivo. Estes mesmas populações ainda hoje reclamam fortemente pelas suas terras perdidas na era colonial.

Com o fim da guerra, várias fazendas criadas na era colonial, estão legalizadas pelos fazendeiros nacionais, mas os aldeões protestam pelas mesmas terras alegando pertencerem a seus ancestrais, que as tinham perdido a favor de fazendeiros portugueses.

2.2 Actual legislação fundiária

O título de propriedade em Angola apenas é disponível em termos formais nas zonas urbanas de certas cidades e vilas. Ocupantes de terrenos em outras áreas têm uma forma de concessão por regime costumeiro sem direitos estipulados pela lei. Estas condições são feitas por previsões claras da Lei de Terra de 2004, (Lei 09/04) e o seu regulamento, emitido em 2007 como Decreto Geral para a Concessão de Terra. Artigo 84 da Lei de Terra também declara que todos ocupantes de terras rurais devem iniciar com o registo dos seus terrenos no período de três anos depois da publicação do regulamento da Lei de Terra. Isto significa que todo terreno rural deve ser demarcado antes de Julho 2010.

Existem três tipos de ocupações de terrenos estipulada pela Lei de Terra, o menor deles (tipos) é o *direito de ocupação temporária*, enquanto aqueles com direito de longo uso são chamados *direito de superfície* que abrangem um período de 70 anos e *domínio útil civil* que é perpétuo.

Para as pessoas que ocupam menos de 2 hectares em áreas rurais, não é permitido o registo do seu direito legal de terra individual. Neste caso, a Lei de Terra de 2004, faz a previsão para o registo de terra comunitária. Presume-se que os ocupantes de pequenas parcelas de terras com menos de 2 hectares estejam excluídas na categoria de terra comunitária. Assim, não é clara a legislação com relação as terras comunitárias. Estas pessoas portanto apenas teriam o direito costumeiro.

Experiências na província do Huambo mostram que nenhuma comunidade ou indivíduo (excepto alguns ocupantes de grandes fazendas) nas comunidades rurais tenham até aqui solicitado o registo das suas terras. Sendo provavelmente acima de 99% residentes rurais não têm título legal para suas terras e nem sabem por onde começar a requerer o registo. Evidencialmente, tendências semelhantes ocorrem em toda Angola, e são consequências de dois factores. O primeiro é que poucas pessoas sabem dos requisitos necessários para registo de terreno, resultado da consciência limitada sobre o registo de terreno. Segundo factor é a complexidade enorme de registo de terreno. Centenas de milhares de famílias rurais ou fazendeiros precisam de registar, e normalmente cada família ocupa várias parcelas irregulares de terrenos, espalhados em áreas vastas e distantes das suas aldeias onde residem. Porém, são milhões de parcelas que precisam ser demarcadas e pesquisadas, e estabelecido o direito sobre cada parcela a ser registado. Esta informação toda tem de ser controlada e aprovada num registo de propriedade.

Enquanto o desafio de registo de terra é substancial, poucas tentativas foram feitas até hoje para testar e desenvolver métodos que podem ser usados para que seja possível o registo de terra. Sendo um primeiro passo para atingir esta meta, o projecto teve como objectivo de desenvolver e testar métodos para demarcação, registo e identificação de propriedade.

2.3 Descentralização administrativa

Um assunto dominante na província, é a implementação do decreto-lei 02/07 que visa uma desconcentração administrativa, que atribui algumas responsabilidades específicas as administrações locais (comunais e municipais) de tal maneira que as comunidades se beneficiam dos serviços do estado e fiquem cada vez mais próximo com o poder publico. Para tal, 68 municípios foram escolhidos este ano, para servirem como teste na desconcentração financeira. Na província do Huambo, consta neste processo de pilotagem 3 municípios, nomeadamente: Huambo, Caála e Bailundo.

Para o cumprimento do decreto lei, existe uma reestruturação e reorganização das administrações municipais, começando na criação de repartições sociais e no recrutamento de novo pessoal para dar cobertura aos novos desafios.

Em relação a gestão de terra rural no Município de Cachiungo, a situação em termos administrativas não esta muita clara. Foi atribuído a administração municipal a responsabilidade de licenciar terras para fins habitacionais com dimensão ate 1000m² nas áreas urbanas e peri-urbanas, mas não está definido o papel da Administração Municipal no registo de terrenos comunais e individuais. Esta situação na actual actual legislação administrativa teve como resultado grandes dificuldades para este projecto, quanto a regularização dos terrenos demarcados.

3 Resultados atingidos

3.1 Objectivos do projecto

Objectivos gerais

O projecto teve como objectivos gerais a implementação de actividades de mapeamento de direitos a terra rural dentro do quadro legal da nova lei da terra e dos respectivos regulamentos. Também teve como objectivo de identificar potenciais conflitos da terra, especialmente entre donos residentes, retornados deslocados internos, os desmobilizados e fazendeiros comerciais. A segunda componente do projecto, ligado ao centro de pesquisa de agricultura (Quissala), focalizou sobre a disseminação de técnicas apropriadas da agricultura e agropecuária.

Objectivos específicos

Componente 1 – segurança da posse da terra

- Trabalhar com o Governo e a administração local, utilizando a nova lei de terra e a nova lei do ordenamento do território para assistir os donos de pequenos terrenos e deslocados internos que regressaram as suas terras;
- Complementar o mapeamento participativo dentro de uma Comuna, reconhecendo direitos tradicionais a terra e assegurando a representação dos retornados (deslocados internos);
- Melhorar os mecanismos da regularização de terrenos usado pelo governo e administrações locais, em correspondência com a nova Lei da Terra e a nova Lei do Ordenamento do Território.

Componente 2 – Extensão Rural pelo Centro Quissala para o Desenvolvimento Rural

- Aumentar a productividade de camponeses e retornados (deslocados internos) através do estabelecimento de terrenos comunitários para a produção e para a demonstração de técnicas de agricultura localmente adaptadas.

3.2 Resultados atingidos: Componente 1 – segurança da posse

3.2.1 Estudo de base e identificação da área de implementação do projecto

O projecto contribuiu para um estudo de base do Município do Cachiungo, o 'Perfil do Município de Cachiungo'. O estudo teve como objectivo de responder a preocupações específicas, como:

- Suporte justificativo da escolha da comuna de Chiumbo para a implementação do projecto;
- Obter dados suficientemente detalhados sobre as potencialidades agrícolas do município;
- A insuficiência de dados em todos os órgãos administrativos do município de Cachiungo;
- Interesse da Administração Municipal de Cachiungo de obter um documento de base para a tomada de decisões.

Em função do estudo de base e com o apoio da Administração Municipal do Cachiungo, foi seleccionada a comuna de Chiumbo, situada a 15 km à Norte da Sede do município de Cachiungo, com cerca de 43.631 habitantes que sobrevivem de agricultura. Chiumbo é uma comuna com elevado número de fazendeiros e com uma tendência de conflitos de terra entre fazendeiros e camponês, também entre vizinhos. É nesta localidade onde foram implementadas as actividades do projecto.

3.2.2 Engajamento dos actores envolvidos e mobilização comunitária

Para engajar todos os actores no processo do projecto, foram realizados 11 encontros no decorrer dos 18 meses de implementação do projecto, dos quais 3 ao nível da Província e 7 com **Administrações de Município e da Comuna e com autoridades tradicionais** de todas Ombalas da comuna de Chiumbo, com vista a apresentação do projecto e a definição de uma das três comunas que compõem o município para a execução do projecto.

Dos 3 encontros feitos ao nível provincial 1 foi com o Director Provincial de Urbanismo e Ambiente (DPUA), para a apresentação do projecto, pelo que este permitiu o aval do envolvimento do IGCA no projecto. E os 2 realizaram-se com o Responsável Provincial do Instituto de Geodesia e Cartografia de Angola (IGCA), onde foi definida a parceria na implementação do projecto, que se consubstanciou na indicação de um técnico para a implementação do projecto, sobretudo para a componente da segurança da posse de terra.

No encontro realizado com 75 Sobas de todas as Ombalas e aldeias da comuna de Chiumbo, foi possível evidenciar os problemas de terras que os habitantes da comuna do Chiumbo enfrentam. Demonstraram diferentes casos sobre fazendeiros que ocupam as terras das populações desprotegidas (sem nenhum documento que os pudessem justificar). Na aldeia de Joela por exemplo, um fazendeiro que legalizou a seu favor uma extensão de terras com cerca de 200 hectares não trabalhados, proibiu os antigos ocupantes de lavrar o solo. No mês de Fevereiro de 2007, um dos camponeses depois de uma forte discussão com o mesmo fazendeiro sobre o terreno, entrou em agressão física e conseqüentemente, o camponês partiu a perna direita do fazendeiro.

De salientar que dos 7 encontros realizados a nível local, fez-se 1 com o Responsável Municipal da Estação de Desenvolvimento Agrário (EDA), no qual, também fez-se

apresentação do projecto e pedindo sua colaboração e envolvimento na implementação do projecto.

Com vista a proporcionar condições para a realização de actividades prática do projecto, fizeram-se 13 **visitas de terreno**. Foi também criado um **grupo de implementação** com o objectivo de assegurar o engajamento das instituições governamentais. O grupo foi constituído pelos seguintes elementos:

- 1 da Estação Desenvolvimento Agrário do município do Cachiungo (EDA);
- 1 Membro do Instituto de Geodesia e Cartografia de Angola (IGCA);
- 1 da Comuna de Chiumbo (Responsável da Área Social da comuna) e,
- 3 Membros do Staff da DW.

Este grupo fortaleceu o engajamento destes principais actores na implementação da realização das actividades e também na perspectiva da sustentabilidade do projecto

Foram também realizadas 7 **sessões de palestras com beneficiários** do projecto, sobre os temas como: a importância da delimitação, consequência de queimadas, importância do registo eleitoral e a nova lei de terra e seus regulamentos. Com a participação de 278 pessoas, entre homens, mulheres e crianças. Estas foram realizadas nas localidades de Chipanga, Joela, Kamelã e Kanhumbo.

Tabela 2: Sessões de palestras com beneficiários

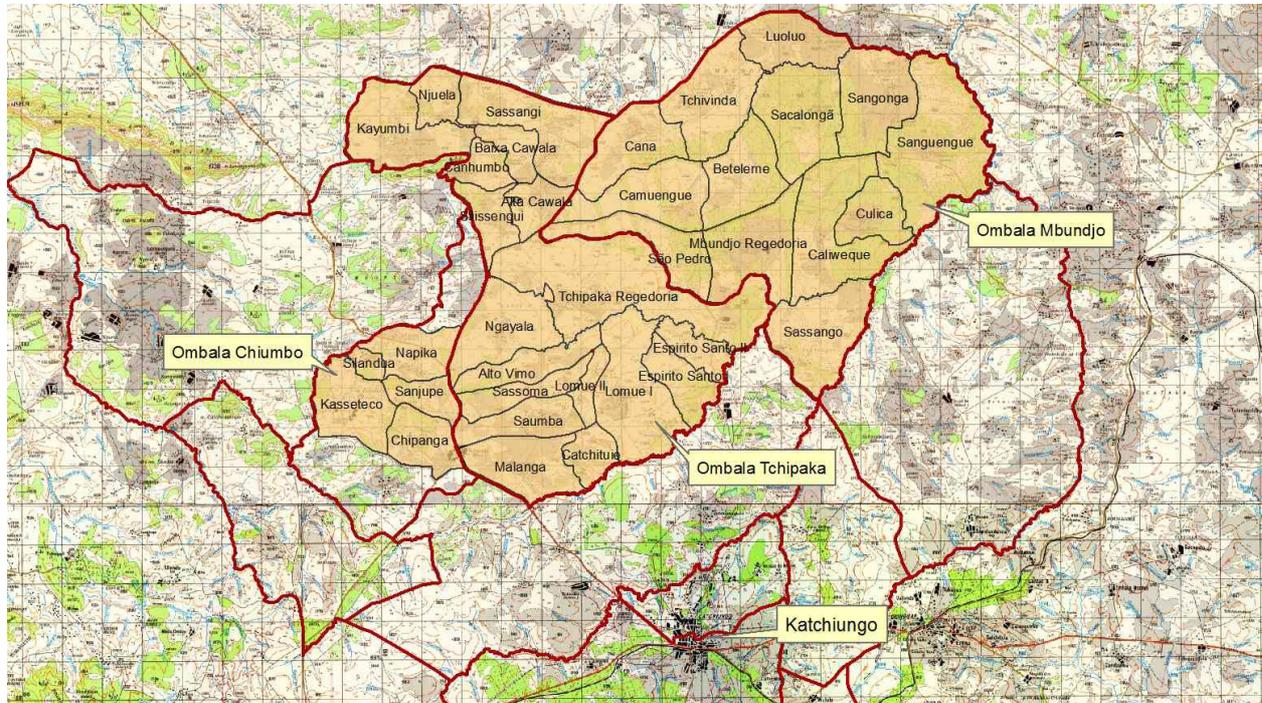
Nº

	Local	Tema	Participantes			
			Homens	Mulheres	Jovens	Total
1	Chipanga	Queimadas e Registo Eleitoral	8	13	0	21
2	Joela	Delimitação	26	35	15	76
3	Kamelã	Delimitação	10	5	2	17
4	Kanhumbo	Queimadas	56	88	22	166
	Total Geral		100	141	39	280

3.2.3 Mapeamento de limites comunitários

Na comuna de Chiumbo, foram delimitados 36 aldeias nas três ombalas de Mbunjo, Tchipaka e Chiumbo.

Figura 3: Aldeias delimitadas nas três ombalas



O processo de delimitação obedeceu os passos seguintes:

Com os líderes locais (Sobas, Seculos, catequistas, secretários de aldeias e professores) das 36 aldeias, foram realizados encontros preliminares, que permitiram a sensibilização dos mesmos líderes para sua participação na delimitação das terras e também dar instruções de como efectuar uma delimitação. Estes dados possibilitaram criar uma base de dados, como condição primária para o processo de titulação das terras. Assim foram registadas famílias de 36 aldeias detentoras de terras para cultivos, com um grande apoio das autoridades locais (Administração Local e Sobas e Secretários das aldeias).

Durante o período de implementação do projecto foram delimitadas 36 aldeias de forma participativa, isto é, através das discussões com as próprias comunidades. O registo foi feito com GPSs, tirando as coordenadas dos limites das aldeias. Foi um processo interessante pois algumas pessoas das aldeias vizinhas não conheciam os limites das terras das suas aldeias e com ajuda do projecto através do dialogo entre os líderes e outros membros das comunidades, passaram a conhecer os limites das próprias aldeias.

Figura 4: A delimitação de comunidades com GPS

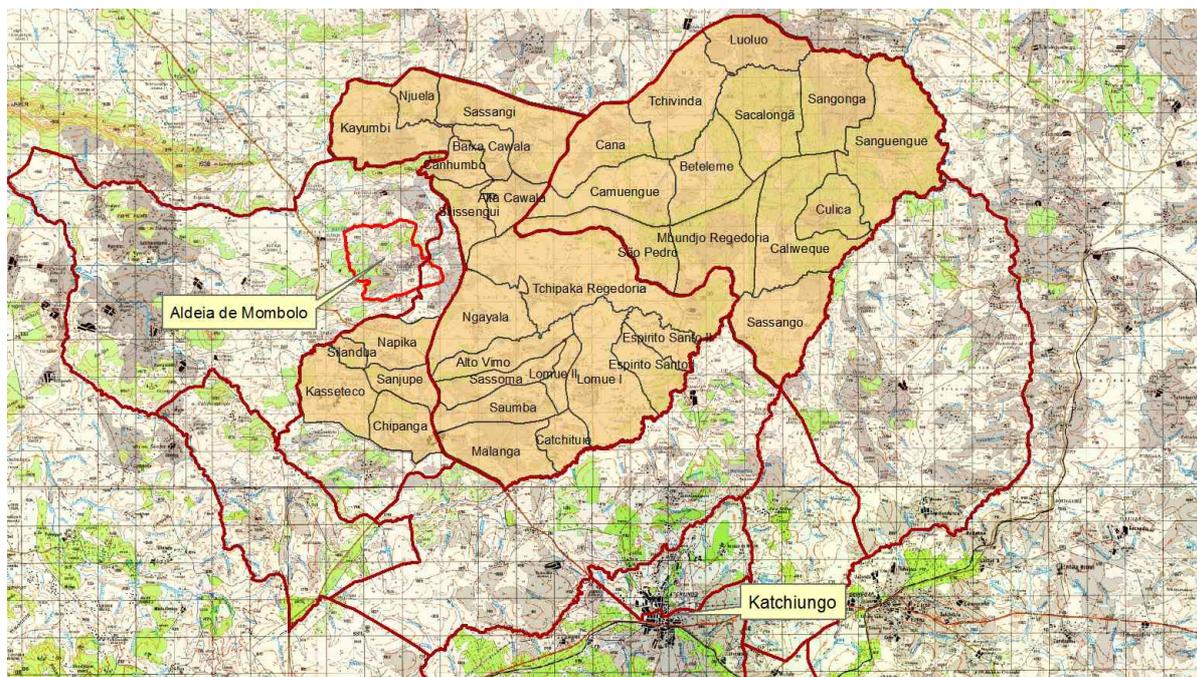
■■■■■

Durante o processo de delimitação, muitas pessoas levantaram a questão da delimitação individual dos seus terrenos. Por esta razão, os técnicos do projecto realizaram uma troca de experiência com o projecto de delimitação individual, implementado pela DW, na aldeia de Mombolo, na mesma comuna de Chiumbo. Sendo uma experiência importante (reflectindo nas conclusões e recomendações no fim deste relatório), o próximo capítulo apresenta um sumário de alguns pormenores principais da delimitação individual.

3.2.4 Mapeamento de limites individuais

A aldeia de Mombolo é localizada na comuna de Chiumbo, limitando-se com aldeias que foram delimitadas pelo projecto financiado pelo IFAD.

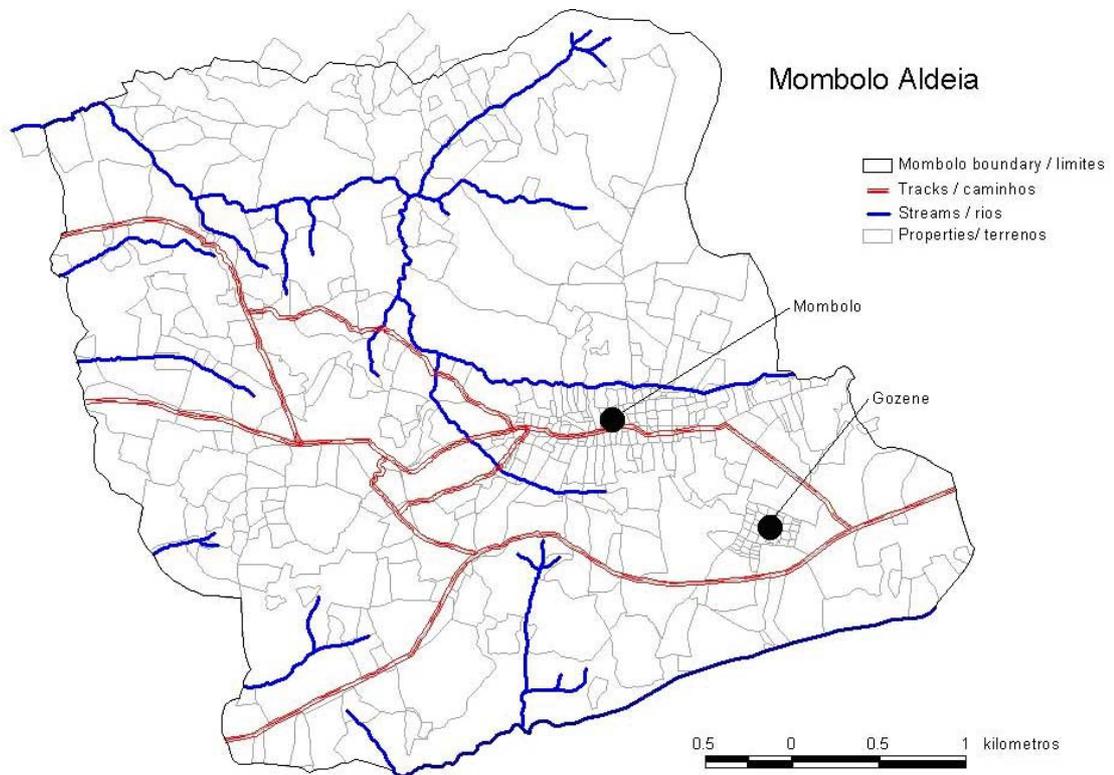
Figura 5: Localização da aldeia de Mombolo, local de implementação do projecto de delimitação individual



Objectivo da delimitação individual

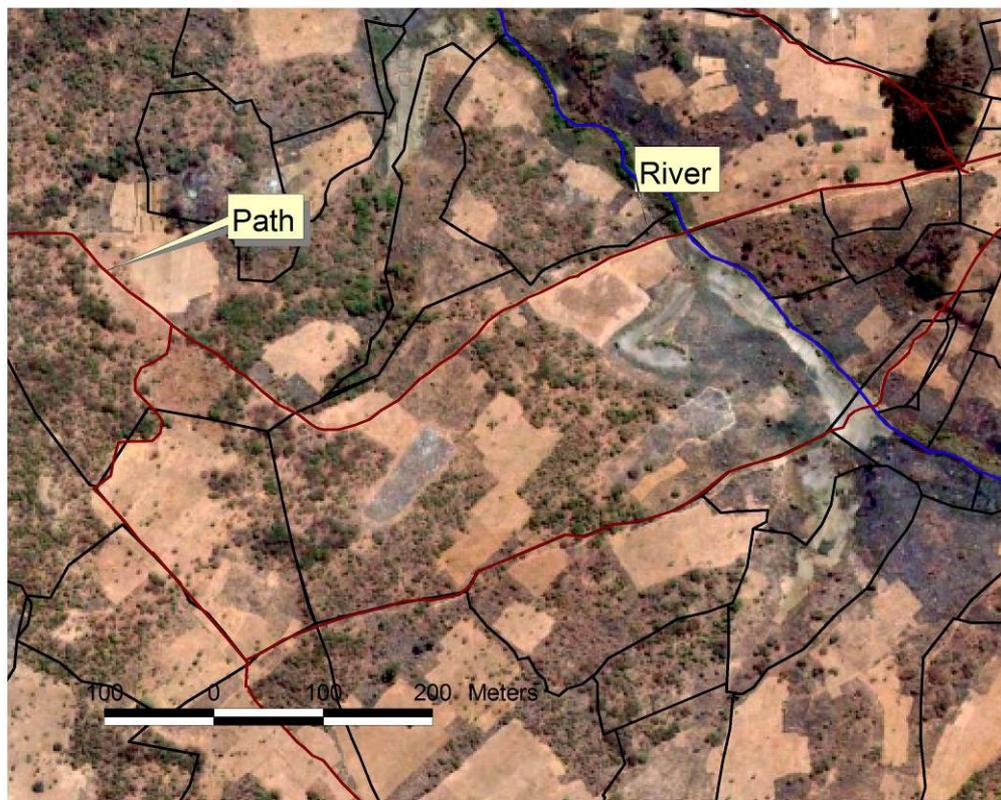
O projecto implementado na aldeia de Mombolo teve como objectivo de testar e desenvolver métodos de identificar e demarcar parcelas de terra pertencente a residentes da aldeia de Mombolo. Um total de 414 propriedades pertencendo a 177 residentes de Mombolo foram mapeados por três técnicos no terreno durante um período de quatro meses.

Figura 6: Os limites e localizações de 417 parcelas demarcadas e o limite externo da aldeia do Mombolo (linha preta). Observa-se as pequenas parcelas a volta das casas de Mombolo e Gozene.



O mapeamento dos limites de cada parcela foi feito usando um GPS (em modo de 'trajectoria') traçando o passeio da dona ou dono do terreno a pe, percorrendo os limites do terreno. Cada parcela foi mapeada de maneira separada, demarcada independentemente em companhia dos donos. Mesmo sem a presença do seu vizinho, foi constatado que indicam exactamente os seus limites, quando estes são confrontados com a delimitação anterior.

Figura7: Uma área de Mombolo mostrando como os limites (linhas pretas) as vezes seguem as margens de terrenos limpos mas em outros casos também passam nas florestas, sem obvias marcas de terrenos. Alguns limites seguem picadas, estradas, rios e riachos mas muitos terrenos não estão alinhados a estas.



Foi encontrada uma grande variação no meio de residentes em relação ao número de parcelas possuídas por cada família ou residente e ao total de área da sua propriedade. Aproximadamente a metade de residentes possuem apenas uma parcela de terreno; enquanto outra metade possuem entre 2 a 7 parcelas. A maior parte das pessoas ocuparam menos de 5 hectares, enquanto 10 detentores de vastas propriedades ocuparam quase 33 % de todos os terrenos localizados. Cerca de 36% de todos os residentes ocuparam menos que 2 hectares, a área considerada pela lei de terra de 2004 insuficiente para reconhecimento e registo individual.

Figura 8. O numero de residentes do Mombolo (eixo-y) com diferentes números de terrenos (acima) e total de áreas de propriedade (abaixo).

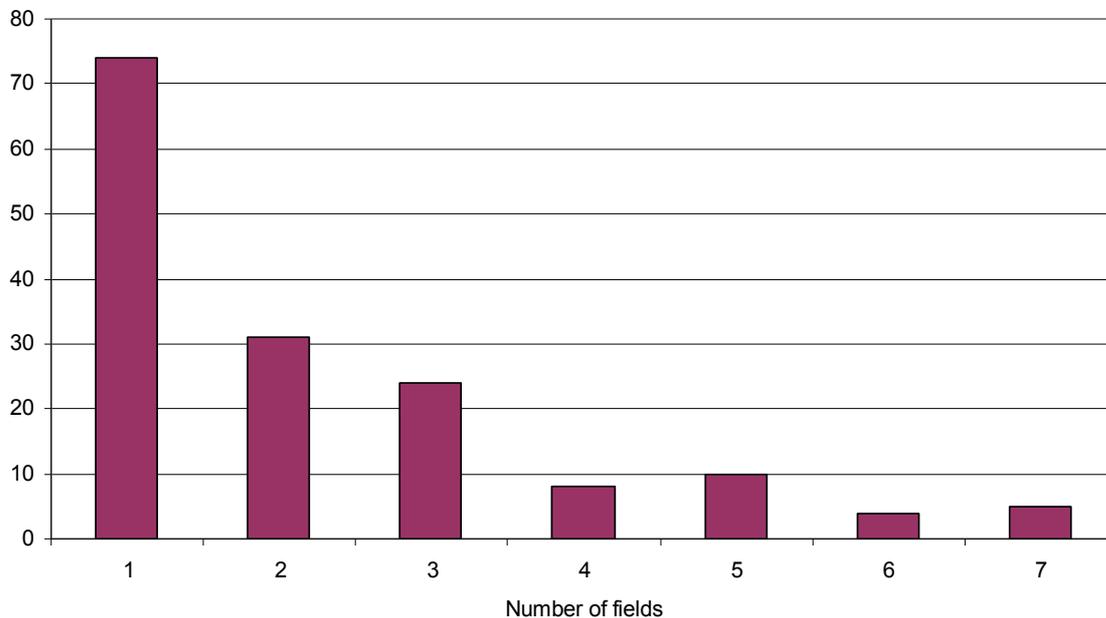
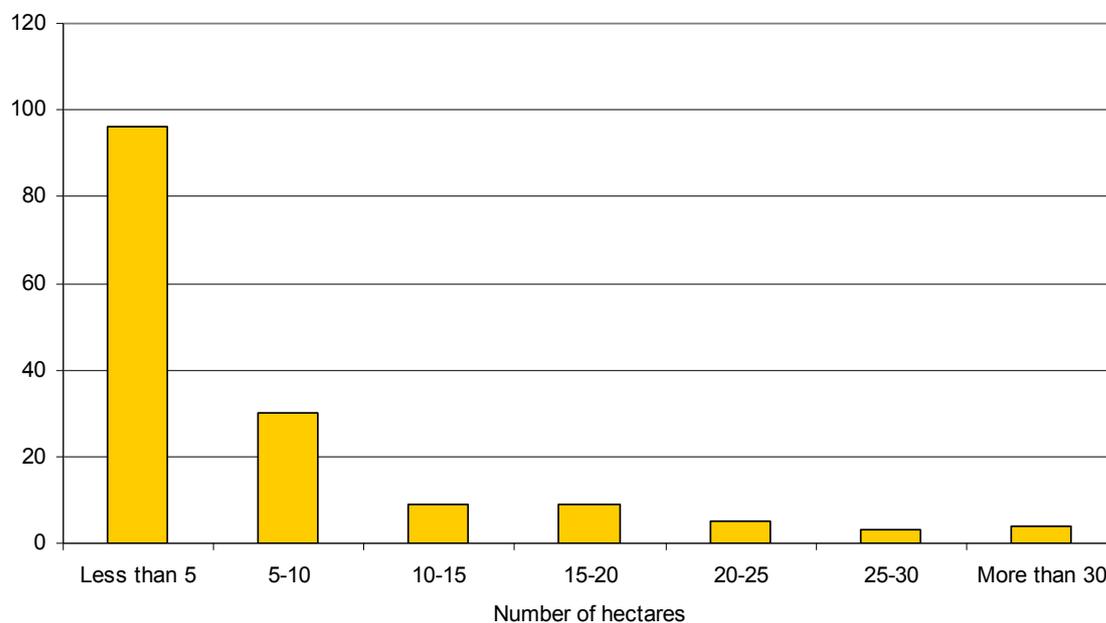
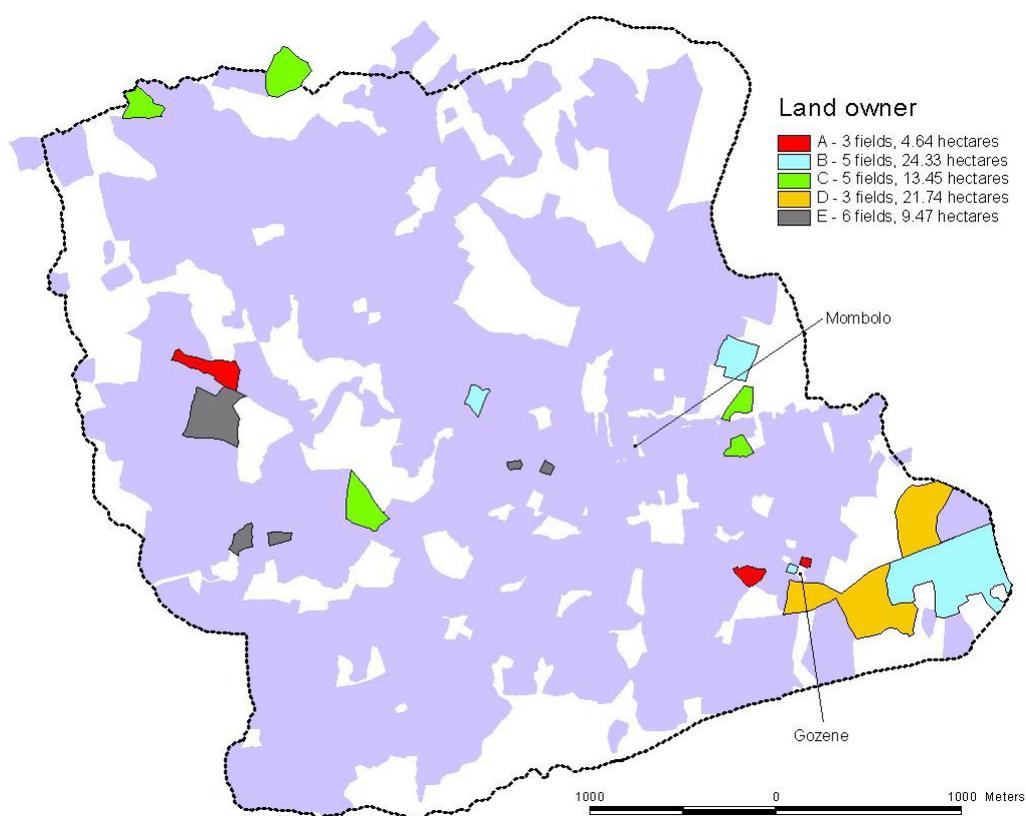


Figura 9. O numero de residentes do Mombolo (eixo-y) com diferentes números de terrenos (acima) e total de áreas de propriedade (abaixo).



Através da delimitação individual, o projecto mostrou que os proprietários normalmente têm suas lavras espalhadas em diferentes áreas dentro e fora do limite da aldeia. Todas as áreas em branco na Figura 10 por exemplo, são terrenos pertencentes a proprietários não residentes em Mombolo, mas sim, em outras aldeias. De igual modo, residentes de Mombolo têm terrenos fora dos limites da aldeia.

Figura 10. O local e tamanho de parcelas pertencendo a cinco famílias (designado A,B,C,D e E) de Mombolo e Gozene.



Em suma, a experiência da delimitação individual foi valiosa para a equipa do projecto financiado pelo IFAD e levou a DW Huambo analisar uma estratégia de futuras implementações de registo de terras comunitárias e individuais na província de Huambo (veja conclusões e recomendações).

3.3 Resultados atingidos: Componente 2 – extensão rural

3.3.1 *Infra-estruturas do Centro Quissala*

O centro Quissala, foi a base do arranque do projecto financiado pelo IFAD, particularmente nas vertentes de fornecimento de técnicos agro-pecuários, assistência dos camponeses no decurso da implementação do projecto e no espaço físico para acomodação dos formandos (camponeses).

Dada a exiguidade do valor previsto para infra-estruturas e dada a inexistência do dormitório achou-se por bem investir na construção da mini-hídrica para proporcionar a iluminação no centro administrativo e sala de formação, podendo o centro acolher cursos mesmo sem dormitório.

O investimento na mini-hídrica permitiu a reconstrução do canal para proporcionar zonas irrigadas no interior do Centro da Quissala que facilitou ensaios em termos de criação de sistemas simples de irrigação.

3.3.2 *Identificação de terrenos de demonstração e formação de ‘dinamizadores rurais’*

Foram realizadas 10 **visitas preliminares** em 10 aldeias da comuna de Chiumbo, que resultaram na identificação e selecção de 3 aldeias, que oferecem condições (valas ou régua de irrigação, fertilidade do solo e acesso fácil) que permitem o desenvolvimento de actividades agrárias de extensão rural. Estas foram feitas com a participação de um membro de Administração Municipal, da Administração Comunal e dos sobas das aldeias da comuna de Chiumbo.

Foi realizada uma **formação para “dinamizadores rurais”**, com a participação de 30 elementos, isto é, 10 de cada das aldeias escolhidas; para dinamizar os camponeses das suas próprias aldeias, de forma a procederem as suas práticas agropecuárias tradicionais da maneira mais organizada, que de certa forma permitirá a melhoria da produção agrária dos camponeses, sendo sua principal fonte de sobrevivência. Esta teve a duração de 2 dias e uma carga horária de 6 horas por dia, totalizando 12 horas de formação. Foram administrados os seguintes temas:

- Técnicas de produção de Hortícolas
- Cultura da produção de batata Rena
- Queimadas
- Compostagem
- Associativismo
- Lei de terra/ Regulamentos
- Importância da criação de animais de pequeno porte
- Como usar os Estercos/Estrumes de animais

3.3.3 Implementação dos novos conhecimentos (Acções de demonstração)

Foram realizadas 2 fases de experimentação agrária, das quais uma para os terrenos das baixas, irrigadas através de valas de irrigação. Assim, com ajuda dos técnicos do projecto os beneficiários seleccionaram culturas apropriadas para esta época, tais como: a bata-rena, o tomate, a cenoura, a cebola e couves.

A outra fase de experimentação esteve virada aos terrenos dos altos, irrigadas pelas chuvas, também com culturas adaptadas para a época chuvosa, nomeadamente: o milho, o feijão e mandioca.

Portanto, foi em função de um processo de diálogo com a EDA e Administração da comuna de Chiumbo e os beneficiários, foi possível a realização destas mesmas actividades.

A EDA, do município de Cachiungo, envolveu-se em todas as etapas do processo de extensão rural, isto é, na identificação dos campos, no fornecimento das sementes e fertilizantes. Foi responsável pela orientação e instalação dos campos de experimentação e das culturas. Em cada aldeia foi instalado um campo de experimentação de terrenos dos altos de 1000m², subdividido em 10 parcelas de 100m² cada e com culturas de: milho, feijão e mandioca, desenvolvidas segundo os dados da tabela 2.

Tabela 3: As 10 parcelas diferenciadas

1	2	3	4	5
Milho sem adubo; Semente e técnica melhoradas;	Milho com adubo; Semente e técnica melhorada;	Milho sem adubo; técnica melhorada; semente camponês;	Milho, feijão e mandioca com adubo; técnica e semente melhorada;	Feijão sem adubo; técnica e semente melhorada;
6	7	8	9	10
Milho sem adubo; Semente e técnica camponês;	Milho com adubo; Semente e técnica camponês;	Milho sem adubo; técnica camponês; semente melhorada;	Milho, feijão e mandioca com adubo; técnica e semente camponês;	Feijão sem adubo; técnica e semente camponês;

Na orientação e instalação dos campos nas 3 aldeias, além dos dinamizadores de cada aldeia, também participaram na realização das actividades dos mesmos campos, membros das comunidades, tal como ilustra a tabela 4.

Tabela 4: Participação de membros comunitários

Localidade	Nº de Participantes		Total
	Homens	Mulheres	
Casseteco	21	49	70
Joela	30	16	46
Santarém	55	47	102

Em todas as aldeias onde se trabalhou, notou-se que existem canais de irrigação, isto em termos de quantidade e terras próximo às “nacas” (terrenos das zonas baixas), mas actualmente, quase que não praticam a agricultura familiar (aquela que é feita próximo da casa e por membros da família). A existência de muitas réguas de rega, demonstra que antes da guerra, havia hábito desta prática de agricultura familiar. Mas com o fim do conflito

armado algumas famílias perderam capacidades, interesse, motivação, recursos e meios que permitisse o começo destas práticas. O projecto pode contribuir de tal maneira para o resgate desta cultura, tão importante para a vida das comunidades.

Relativamente, as culturas hortícolas aplicadas nos **terrenos das baixas**, foram colhidas já na segunda fase do projecto, isto é, nos meses de Outubro, Novembro e Dezembro de 2007. Os produtos resultantes das colheitas, tais como: batata-rena, tomate, couve, cebola e cenoura, tiveram finalidades diferentes. No caso da batata-rena por exemplo na aldeia de Casseteco, colheram 4 sacos, dos quais 3 foram repartidos para as pessoas que estavam envolvidas nas actividades dos campos como semente para cada um semear no seu próprio terreno e 1 saco esta sendo conservado para servir para outra fase no mesmo terreno de experimentação como forma de irem mantendo a semente.

No caso da aldeia de Joela, colheram 5 sacos de batata-rena, mas como não tinham semente para desenvolvimento desta mesma cultura, decidiram conservar para servir de semente na fase seguinte; mas as outras culturas (cenoura, tomate, cebola e couves) colheram distribuíram-se entre membros envolvidos no processo da experimentação.

Na aldeia de Santarém, a experiência foi diferente das duas aldeias anteriores. A cenoura, tomate, cebola e couves, depois das colheitas venderam os produtos para aquisição de novas sementes para a outra estação e para os mesmos campos e os particulares; colheram 4 sacos de batata-rena que estava conservada para estação posterior e no mesmo terreno.

A primeira fase da preparação dos terrenos foi feita com charruas das respectivas aldeias e custeadas pelo projecto. Mas as etapas seguintes foram feitas pelas populações das respectivas aldeias, até a sacha dos mesmos terrenos cultivados.

Ao longo da realização das actividades do projecto os técnicos agrários continuaram a apoiar os dinamizadores rurais e outros membros das respectivas comunidades, através de um processo de orientação técnica de instalação dos campos, isto é, formação no trabalho através de debates no campo e palestras, mas de forma informal.

4 Conclusões e Recomendações

A equipa do projecto foi envolvida em duas formas de registo de terra; registo comunitário e registo individual. O registo comunitário é mais rápido, mas enfrenta vários problemas:

- Terrenos comunitários 'como tal' quase não existem na área de implementação do projecto. Cada parcela tem o seu dono, com excepção de rios e rochas. Além disso, a experiência do Mombolo mostrou que pessoas dentro de uma comunidade, em muitos casos, têm terrenos fora dos limites da aldeia onde residem, isto ligado ao fluxo natural de pessoas (como por exemplo mudança de residência ou casamento). Neste sentido, a delimitação comunitária de facto é uma delimitação administrativa dos limites de aldeias.
- Através de apenas uma delimitação comunitária, um vasto número de residentes rurais será excluído dos benefícios de ter as suas parcelas registadas e reconhecidas em regime individual. Por exemplo, não serão capazes de utilizar os seus terrenos como colateral. Também, sem ter os limites dos seus terrenos demarcados e reconhecidos, será mais difícil de defender-se em casos de litígios com vizinhos que têm terrenos maiores, demarcados e reconhecidos. Além disso, a falta de reconhecimento de direitos de posse individual, as pessoas com pequenos terrenos terão uma posição social e direitos diferentes (mais baixo) em relação a donos de terras de maior extensão.
- A Administração Municipal do Cachiungo mostrou receio de regularizar limites comunitários. Porém, a Administração Municipal mostrou-se mais aberto para a regularização de terrenos individuais, mas alegando a falta de regulamentação existente para dar início ao processo de regularização.

Recomendações e ações a seguir

Na base destas experiências, a DW propõe as seguintes recomendações que servirão como base de futuras actividades na Província de Huambo.

Melhorar os métodos de delimitação individual, olhando a experiência em outros países na África.

Para o registo de terrenos individuais, sugere-se a experimentação com outros métodos, utilizando fotografias aéreas recentes ou imagens satélites de alta resolução. Esta abordagem requer que as imagens sejam impressas numa escala apropriada com máxima resolução para que os residentes da área em questão identifiquem e marquem os limites dos seus terrenos nas fotografias aéreas. Um teste preliminar no Huambo em Junho 2008 com dois camponeses, mostrou que esta abordagem é viável. Também, um programa alargado no Norte da Namíbia neste momento em curso esta a utilizar o mesmo método, mostrando resultados positivos. Neste programa, 10 ou mais parcelas são mapeados por hora, mostrando a rapidez do método. Um outro benefício usando imagens, é que os vizinhos de parcelas podem analisar, debater e concordar sobre os limites das suas parcelas ao mesmo tempo e na mesma imagem. Esta abordagem é bastante diferente da utilizada na aldeia de Mombolo, onde as limites de terrenos são registados com um GPS e a informação recolhida primeiro deve ser baixada num computador, isto antes que os residentes pudessem confirmar os limites dos seus terrenos.

Criar uma demanda para o registo de terrenos e regularização fundiária

Enquanto que esforços - como estes descritos aqui - são necessários para desenvolver ou fornecer actividades que permitam a regularização de terrenos, existe uma maior necessidade de criar a demanda e interesse no registo de terrenos. Na perspectiva de oficiais do Governo, possivelmente existe pouco real incentivo para o mapeamento, registo e regularização de terrenos rurais: a quantidade de trabalho a ser feito é enorme; o quadro legal para o processo não é claro, e o processo podia requerer uma nova abordagem que difere fundamentalmente a prática e política estabelecida. De igual modo, uma maioria de camponeses e outros residentes rurais provavelmente não reconhecem e não sabem do valor do registo de terras, e por isso, têm pouco incentivo de pressionar a sua implementação.

Reforçar as capacidades institucionais das instituições envolvidas na regularização fundiária

Existe ainda, grandes debilidades em termos de capacidades técnicas e humanas no nível das administrações locais. Na maioria dos casos, os técnicos não tem uma mínima idéia do actual contexto legal em termos de gestão fundiária, nem dispõem de capacidades técnicas e meios próprios de cumprir com as suas tarefas. Neste sentido, a maior demanda para registo de terrenos a partir da população deve ser equilibrado com a capacidade de resposta das administrações.